

ADAPTAÇÃO E RESISTÊNCIA EM ITAPARICA*

Maria Lia Corrêa de Araújo**

Um grande empreendimento, como a Usina Hidrelétrica de Itaparica, desdobra-se em uma complexa rede de ações que mobiliza segmentos diversos da sociedade. Além dos atores mais proeminentes — o órgão executor do projeto, vinculado, costumeiramente, ao aparelho do Estado, e as populações atingidas — há uma multiplicidade de interesses que convergem e se expressam no contexto de obras dessa natureza. São empresas de construção e de consultoria, comerciantes, políticos e lideranças regionais, órgãos de classe, bancos, organismos governamentais, prefeituras, proprietários de terras, dentre outros.¹

Nesse contexto, evidencia-se, igualmente, a heterogeneidade da população atingida, termo que abarca situações diferenciadas e, eventualmente, conflitantes. Daí a importância de se demarcarem tais especificidades, decorrentes tanto de fatores estruturais — a exemplo da forma de acesso à terra, aos meios de produção de modo geral —, como das características peculiares ao processo de remanejamento, no qual a questão do tempo de ocorrência dos fenômenos circunscreve distinções significativas. Em conseqüência, a análise deve ter como ênfase o caráter processual das ações relativas ao remanejamento desses grupos populacionais, sem

* Muitos dos dados utilizados neste trabalho resultam da Avaliação do reassentamento da população rural de Itaparica, estudo realizado pela Fundação Joaquim Nabuco, entre 1987-89. Agradeço, particularmente, a Ana Eliza M. Vasconcelos e a Magda C. Galindo a ajuda na localização de informações produzidas por essa pesquisa.

** Socióloga e pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco.

perder, todavia, a perspectiva de que os efeitos sociais muitas vezes extrapolam os limites do que normalmente se denomina como área de influência do projeto.

O desenrolar de ações dessa natureza escapa às abordagens moduladas por esquemas uniformes, empregados, muitas vezes, indistintamente, sem a devida apreciação das diferenças e das singularidades locais. Assim, por exemplo, poderiam ser caracterizados os estudos de viabilidade, que antecedem à instalação de grandes obras, segundo observam Sigaud² e Jorgensen.³

Sem dúvida, a percepção mais abrangente relativa à intervenção do setor elétrico é fundamental para que se aprendam aspectos que se manifestam de maneira recorrente em várias experiências, ainda que espacialmente distanciadas, mas há que se considerar o específico, seja sob o ponto de vista ambiental, seja com relação aos traços culturais das populações afetadas por tais empreendimentos, para que não se recaia em um tipo de análise tão generalista quanto simplificador das relações sociais manifestas. É preciso, ainda, evitar a ênfase excessiva no caráter transformador da implantação de uma grande hidrelétrica, atitude que pode conduzir a equívocos como o "menosprezo da continuidade das tradições políticas e culturais na formação de comunidades".⁴

Tais abordagens, que pecam pelo reducionismo, incorrendo, conseqüentemente, na superficialidade, quando não, na parcialidade, atrelam, freqüentemente, a percepção dos "impactos" de grandes empreendimentos, a uma "visão catastrófica" ou "ufanista" da intervenção do poder público. Mascara-se, desse modo, a dinâmica da transformação não necessariamente vinculada a fenômenos especiais — no caso, a grande obra —, mas à pluralidade das relações econômicas, sociais, culturais, políticas e ideológicas, em sua historicidade própria.

Caracterizar as ações desenvolvidas pelo Estado, em determinado local ou situação singular, implica, portanto, visualizar toda essa dinâmica social presente no cotidiano das comunidades, em que se sobressai o jogo de forças políticas e sociais vigentes no momento em que são geradas ou implantadas políticas públicas de maior envergadura, como é o caso das hidrelétricas.

No tocante à barragem de Itaparica, por exemplo, o plano de reassentamento elaborado pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco⁵ incorpora diretrizes e procedimentos que revelam atitudes diversas das anteriormente adotadas pela empresa e que encontravam respaldo nas mudanças que então

aconteciam na conjuntura política nacional. Carvalho e Laniado associam as tentativas de redirecionamento das políticas públicas com o fim do regime autoritário, registrando, todavia, que não se definiram, então, prioridades que, de fato, favorecessem a população como um todo. Observam, igualmente, que, mesmo sob a presidência de um civil, mantiveram-se as alianças dominantes e o tipo de atuação do Estado.⁶

Respondia-se, naquele momento, em Itaparica, mesmo que restritamente, à demanda de uma população que, rompendo sua aparente passividade, pressionava o Estado visando à defesa de direitos e à realização de interesses próprios, tais como o acesso à terra por parte dos agricultores desposuídos e a adoção de certos critérios no processo de remanejamento.⁷ Naquela ocasião, os níveis de organização alcançados por esses grupos populacionais pareciam se contrapor a uma intervenção, no tocante ao remanejamento, ainda hesitante, o que se revelava, por exemplo, na inexistência, até 1985 de um plano de desocupação da área de inundação.

Assim, o caráter da política social implementada encontra-se impregnado por fatores conjunturais — esgotamento do regime militar, reorganização da sociedade civil, efeitos da crise na economia brasileira —, bem como de alterações que já vinham ocorrendo nas margens do São Francisco, como decorrência mais imediata da intensificação da produção através da adoção de lavouras irrigadas. Mesmo sem demonstrar níveis de produtividade elevados, dada, inclusive, a rudimentaridade ou inadequação das práticas agrícolas empregadas, conformavam-se relações sociais diferenciadas daquelas prevalentes, em outras áreas sertanejas, próximas, aliás, daquelas faixas de terras ribeirinhas.

Nesse contexto, mostrava-se coerentemente apropriado investigar as formas de organização social preexistentes. Na verdade a construção do reservatório de Itaparica não inaugura por si só uma nova dinâmica social, sendo, então, valioso procurar apreender, dentre outros aspectos, as razões que levaram aquela população à resistência e ao protesto que se expressaram através dos sindicatos de trabalhadores rurais.

O enfoque do reassentamento como processo está, portanto, delimitado por recortes analíticos que visam identificar e compreender fenômenos ocorridos em quatro fases distintas; embora interligadas:

1.º) a das ações preparatórias, dentre as quais se incluíam o cadastramento das famílias residentes no perímetro do lago que seria formado e a apropriação dos bens para fins de indenização;

2.º) aquela das mudanças, propriamente ditas, para as novas áreas de residência e de trabalho;

3.º) a fase pós-mudança, até o funcionamento dos sistemas de irrigação, destacando-se a adaptação das famílias e as formas de reorganização social como tópicos de investigação;

4.º) a fase dos projetos em funcionamento, com os reassentados reassumindo suas atividades produtivas; etapa ainda não iniciada quando da redação deste artigo.

ASPECTOS GERAIS DO PLANO DE REASSENTAMENTO

As ações do Estado em Itaparica apresentam características que, em aspectos significativos, as distinguem de experiências similares implementadas em outras localidades. O alto custo dos investimentos realizados — em 1987, mencionava-se algo em torno de 360 milhões de dólares destinados ao remanejamento das famílias rurais residentes na área de inundação⁸ —, o conteúdo do plano de reassentamento, bem como a forma como foi executado assinalam alterações marcantes no tipo de “política social” privilegiado pelo setor elétrico até então.

À parte as peculiaridades locais, a persistência de efeitos sociais perversos em vários dos empreendimentos conduzidos pelo setor elétrico parece revelar, no entanto, a existência de princípios e procedimentos compartilhados pelo conjunto das concessionárias. Conforme sugere Sigaud, “as decisões a respeito da geração de energia (...) parecem ter sido sempre tomadas a partir de estimativas de demanda, calculadas por sua vez através de critérios pouco transparentes”,⁹ limitadas, muitas vezes, a apreciações técnicas que se realizam sob a pressão de **lobbies** das empresas de consultoria, da construção civil, da produção de equipamentos elétricos e daquelas que se constituem em grandes consumidoras de eletricidade.

Normalmente, as repercussões sociais da obra planejada não são consideradas nas decisões sobre a instalação de hidrelétricas, como bem observa Sigaud, ao acrescentar que a “avaliação de impactos” vem depois para “neutralizar, minimizar, mitigar impactos”.¹⁰

De modo geral, a construção da usina hidrelétrica de Itaparica reproduz situações já vivenciadas por populações vi-

timadas pela inexorável necessidade de abandonar terras, casas, lavouras, trabalhos, estilos de vida e tradições culturais, por exigência das agências do Estado responsáveis pela obra.

Desencadeia-se, naturalmente, uma reação espontânea a mudanças tão radicais, urgentes e incompreendidas, que podem se expressar de maneiras diversas, como a mobilização e a organização formal de grupos de atingidos e, inclusive, a resistência isolada de famílias ou de comunidades.

Assim, às práticas até então habitualmente utilizadas em empreendimentos similares associaram-se procedimentos reveladores de um novo jogo de forças sociais e políticas, em que desponta um campesinato politicamente organizado e com um projeto de reassentamento bem delineado. Cabe, portanto, no escopo deste texto, procurar registrar os efeitos sociais da atuação do Estado em Itaparica, tendo como contraponto implícito a política mais global do setor elétrico, no que concerne ao atendimento de populações atingidas, bem como as reivindicações e lutas dos setores organizados contra as linhas de atuação privilegiadas pelos órgãos públicos.

O lago formado em Itaparica inundou 834km² de terras férteis distribuídas em sete municípios localizados às margens do rio São Francisco: Petrolândia, Belém de São Francisco, Itacuruba e Floresta, em Pernambuco, e Rodelas, Chorrochó e Glória, na Bahia. Um total de 10.400 famílias sofrem diretamente os efeitos da construção da hidrelétrica. Cabe registrar que este número exclui outros segmentos populacionais presentes na área, como os indiretamente atingidos; aqueles que são atraídos pela construção da obra para nela trabalhar ou procurar emprego e seus familiares, além dos comerciantes e prestadores de serviços que também se instalam na região.¹¹

Aqueles que desenvolviam suas atividades produtivas nas áreas rurais diretamente atingidas pelos efeitos do represamento das águas, apresentaram-se cinco alternativas de solução para o deslocamento:

- 1.º) por conta própria;
- 2.º) nas cidades;
- 3.º) em projeto de irrigação, na borda do lago;
- 4.º) em projeto de irrigação, em áreas selecionadas, distantes da margem do lago;
- 5.º) em piscigranjas.

A população cadastrada pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco — CHESF, após um longo período de indefinições quanto aos locais de reassentamento e às opções oferecidas, distribui-se como se descreve nos quadros a seguir.

QUADRO 1

População Rural: Opções de Reassentamento

(Totais em Percentagens)

Opção	%
Projetos especiais	36,9
Borda do lago	22,9
Cidade do município	8,1
Outras localidades no Estado	9,5
Outras localidades fora do Estado	4,2
Pequenos projetos	3,1
Piscigranjas	0,3
Destino ignorado	11,8
Outros (1)	3,2
Total de famílias (n.º absoluto)	6.187

(1) Inclui área remanescente parcialmente atingida fora da cota e não atingidos, incorporados a outras famílias e falecidos.

FONTE: CHESF. out./1988.

A multiplicidade de projetos relacionados no quadro 2 indica, na realidade, não uma variedade quanto ao conteúdo das opções de reassentamento propostas pela CHESF, mas, sobretudo, as localidades onde foram ou estão sendo implantados. Por detrás da listagem, há um plano de ação¹² cujas diretrizes básicas traçam um modelo de reassentamento, que, de certa forma, tenta inutilmente uniformizar a complexa rede de relações sociais existentes na área. A tomada de decisão, que definiu os projetos de irrigação coletivos como o modelo preferencial de reassentamento, responde, paradoxalmente, a demandas de um dos segmentos atingidos — pequenos agri-

QUADRO 2

Famílias Rurais Reassentadas, por Projeto

Projetos	N.º Famílias*
Projetos Especiais:	
Borda do lago — PE	1.361
Borda do lago — BA	346
Brígida	433
Caraíbas	1.339
Pedra Branca	703
Jusante	441
Sub-Total 1	4.623
Outros Projetos:	
Apolônio Sales	94
Itacuruba	300
Rodelas	270
Barra do Tarrachil	149
Varjota	12
Manga de Baixo	25
Tuxá-Rodelas	88
Tuxá-Ibotirama	93
Tuxá-Inajá	9
Remanso	40
Canafístula	29
Sub-Total 2	1.109
Piscigranjas:	
Itacuruba	51
Belém de São Francisco	30
Rodelas	17
Barra do Tarrachil	11
Sub-Total 3	109
TOTAL (1+2+3)	5.841

* Inclui pararurais

FONTE: CHESF — Julho/89.

cultores — ao dar continuidade a formas de produção já adotadas nas áreas ribeirinhas, embora, simultaneamente, imponha fortes restrições à recomposição econômica dos que se dedicavam, prioritariamente, a atividades outras, como a pecuária. Para estes casos, atendendo-se a reivindicações sobretudo de lideranças políticas de alguns municípios ameaçados de grande evasão de contingentes populacionais, elaborou-se proposta alternativa de relocação em piscigranjas, que, absorvendo apenas 0,3% dos atingidos, constituíram-se em experiência inédita no submédio São Francisco. Observe-se, no entanto, que os resultados até agora computados não conseguem inspirar segurança quanto ao sucesso da obra, a qual, vale salientar, não obteve financiamento do Banco Mundial.

Na realidade, o BIRD excluiu do contrato de financiamento alguns dos projetos de reassentamento executados, com base em estudos de viabilidade econômica realizados. O apoio do banco restringe-se, assim, às seguintes opções de atendimento aos agricultores desalojados pela represa: **projetos Borda do Lago BA e PE; Brígida; Caraíbas e Pedra Branca**, que concentram o maior número de atingidos, como se pode observar no quadro 2. Nos demais, negociaram-se soluções que buscavam particularidades de determinadas situações não contempladas nos grandes projetos, traduzindo-se igualmente, nesses casos, o poder de pressão manifesto no curso da luta desses grupos por um tipo de reassentamento diferente do proposto inicialmente pela empresa. Ilustrativos são, por exemplo, os projetos elaborados para atender demandas específicas como as dos índios Tuxá; dos colonos do Projeto Barreiras, implantado, na década de 40, pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF, na época denominada SUVALE; de pequenos produtores de municípios baianos que se recusaram a abandonar suas atividades vinculadas à pecuária; dentre outras situações semelhantes.

Pesquisa recente da Fundação Joaquim Nabuco sistematiza, em suas conclusões, os principais efeitos sociais do projeto Itaparica. Cabe destacar, no entanto, que as observações relatadas nesse documento retratam, apenas, uma das etapas do processo de reassentamento das famílias. Trata-se, exatamente, de informações obtidas no período anterior aos traslados e logo após efetivadas as mudanças para os novos locais de moradia e de trabalho.¹³

Em primeiro lugar, registra o relatório citado o “des-

mantelamento das atividades produtivas existentes na área inundada e a conseqüente desorganização das comunidades ribeirinhas".¹⁴

Discorre-se, igualmente, sobre a "perda das referências culturais" moldadas a partir da convivência com o rio. Assim se expressava a face negativa do remanejamento realizado; mas restringir todo o processo a esta imagem revela-se, na prática, como o caminho mais curto para conclusões apressadas, fundadas na "visão catastrófica" e maniqueísta dos fenômenos enfocados. Nesse sentido, o mesmo relatório afirma que os próprios agricultores atingidos, apesar das queixas procedentes quanto a uma série de problemas operacionais relativos à execução do reassentamento, apontam para uma conquista concreta advinda do projeto Itaparica: o acesso à terra e à infra-estrutura básica de produção, por parte de cerca de 60% dos atingidos, que, antes, não detinham qualquer tipo de propriedade.¹⁵

Na realidade, as repercussões sociais da edificação da barragem de Itaparica podem ser segmentadas em duas vertentes:

a) as que decorrem do remanejamento em si e de suas conseqüências sobre a organização social das comunidades. Aqui se incluem as perdas materiais — terra, trabalho, moradia, animais, estilo de vida, etc. — e as de natureza subjetiva, como a destruição de referências culturais e afetivas, dificilmente mensuráveis mediante levantamentos cadastrais.

b) as que se relacionam com a concepção e a execução do plano de reassentamento. As dificuldades surgidas nesse âmbito assumem níveis de grandeza realmente assustadores. Graves, por exemplo, foram as conseqüências dos freqüentes atrasos no cronograma das obras, o que acarretava prejuízos bem objetivos, como a ociosidade forçada que se instala nas áreas de reassentamento, em face do retardamento na implantação dos sistemas de irrigação e da inexistência de oportunidades de emprego na região. Lembre-se que as águas de Itaparica submergem, justamente, as faixas de terra mais férteis, qualificadas pelos geógrafos como "área de exceção", em virtude de seu potencial produtivo comparativamente com os demais espa-

ços sertanejos, onde predominam solos e vegetação característicos da caatinga.¹⁶

A desativação inoportuna das lavouras comerciais e de subsistência situadas no perímetro de inundação contribuiu, assim, para acirrar conflitos que resultavam, em última análise, de uma luta pela preservação da condição de pequeno produtor — que assume, freqüentemente, o significado de luta pela própria sobrevivência — e pelo cumprimento de acordos já negociados com a empresa responsável pelas obras. Revela-se, ainda, o protesto veemente contra a morosidade, as indefinições, as soluções apressadas e inconseqüentes, a falta de pagamento e o baixo valor das indenizações; enfim, contra a administração do programa de reassentamento das famílias.¹⁷

De fato, ao longo de todos esses anos — desde 1973, quando são realizados os primeiros estudos sobre a viabilidade da obra na área, até hoje — não ocorreram manifestações contrárias à construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, a exemplo das posições assumidas pela Comissão Regional das Barragens — CRAB que, na região de Erexim, Rio Grande do Sul, desencadeou a campanha “não às barragens” planejadas pela ELETROSUL, no rio Uruguai.¹⁸ Em Itaparica, houve, tão-somente, uma reação bastante forte e organizada contra o autoritarismo, identificado sobretudo no início das obras, e a ineficiência do programa de execução do reassentamento, vítima de freqüentes atrasos em seu cronograma e da improvisação resultante de conhecimentos pouco aprofundados, incapazes de apreender toda a dinâmica e complexidade das relações sociais.

Ao partir de uma concepção homogeneizadora dos atingidos, a Companhia Hidrelétrica do São Francisco construiu uma imagem pouco condizente com a realidade e, em consequência, deitou as bases de uma atuação que se defrontaria, posteriormente, com situações conflituosas, eventualmente desastrosas, que poderiam, no entanto, ter sido evitadas.

O quadro sócio-econômico, traçado pelas pesquisas de caracterização das áreas sujeitas à inundação, reproduz um momento particular e, por isso mesmo, constitui-se em algo mutável no decorrer da implantação da obra. A percepção dessa variação no tempo de execução do projeto reforça a importância de um acompanhamento mais eficiente das transformações sociais, bem como a compatibilização do planejamento da assistência aos atingidos com esse cotidiano heterogêneo.

Segundo estudo realizado pelo HIDROSERVICE,¹⁹ em 1978, como subsídio à definição de ações do setor elétrico para a área de Itaparica, previa-se, àquela época, um total de 23.000 atingidos: 12.000, na zona urbana (nas áreas afetadas, o próprio conceito de urbano já deveria ter sido relativizado), e 11.000, nas zonas rurais; estes números, todavia, dimensionavam um quadro de uma fase singular que sofreria grandes alterações nos anos subseqüentes. Menciona-se, ainda, inadvertida e apressadamente, uma imaginária “homogeneidade, no que se refere à organização familiar, às práticas religiosas, às formas de lazer, enfim, a um modo de vida típico de comunidades tradicionais”, associado à “estabilidade das formas sociais” sustentada por laços de parentesco e de vizinhança.

Nesse contexto, supõe-se que o diagnóstico da área e da população, construído pelos técnicos responsáveis por tais estudos preparatórios, influenciou inúmeras decisões atinentes ao processo de remanejamento, apesar da sua inconsistência e limitações facilmente verificáveis por intermédio de uma consulta mais cuidadosa às fontes de dados.

Na base do plano, encontrava-se, portanto, uma visão distorcida e mistificadora das relações sociais, que recuperava, embora de maneira indireta, no início das obras, a imagem do “barranqueiro”: aquela que se depreende de declaração do diretor de obras da CHESF constante de carta anexada à CPI das Enchentes (Sigaud, 1986). Supunha este técnico que o “barranqueiro” — habitante das margens do rio São Francisco — era pobre; subdesenvolvido; sem qualificação profissional; condicionado pelo rio; isolado; auto-suficiente; analfabeto; sem contato com os meios de comunicação de massa; limitado aos contatos com vizinhos e nas feiras; um primitivo, sem poder aquisitivo, sem aspirações, conformado e dominado pelo pavor do desconhecido; um ser desvinculado cultural e economicamente do País.²⁰

Diante de tal concepção da realidade, é surpreendente que se tenha chegado, em 1985, à elaboração de um plano de ação, em Itaparica, que, de certa forma, rompe com um padrão de política pública presente em intervenções anteriores, como no caso das barragens de Sobradinho e Moxotó, embora, dialeticamente, preserve traços sutis que remontam às interpretações prevalecentes naqueles períodos.

É sobretudo relevante, no transcorrer das mudanças operadas nas formas de intervenção do Estado, a resistência dos moradores de Itaparica; postura inusitada em uma área que, historicamente, mantinha-se aparentemente à parte das

mobilizações camponesas acontecidas nas últimas três décadas.²¹

Contraditoriamente, o retrato do “barranqueiro”, acima mencionado, revelava-se, na prática, com contornos bem diversos daquelas características, ideologicamente construídas, que afirmavam a validade da modernização associada à construção da hidrelétrica, diante da “pobreza” e “tradicionalismo” visualizados pelos estudos realizados pela empresa de consultoria contratada pela CHESF.

Na verdade, as faixas de terra inundadas pela barragem de Itaparica retinham uma população que não acatou com passividade as determinações quanto à desocupação da área e, para tornar mais eficazes seus atos de resistência e de protesto, buscou apoios políticos fora da região, desmentindo, assim, a idéia de “isolamento”, “primitivismo” e “conformismo” diante dos fatos. É, justamente, nesse ambiente superficialmente conhecido pelos órgãos executores do empreendimento, que começam a se desfazer argumentos viabilizadores de práticas autoritárias de gestão, em áreas de barragem. A população exigia respostas mais consistentes e, paralelamente, se organizava em sindicatos de trabalhadores rurais, que contavam com a solidariedade de entidades nacionais e, inclusive, internacionais.

A elaboração de uma proposta concreta para o reassentamento das famílias rurais já em 1981 e posteriormente aperfeiçoada em 1984, constitui-se em expressão notável desse poder de articulação dos vários segmentos incluídos sob o termo geral pequeno produtor agrícola. Com efeito, a luta pelo reassentamento representou, desde meados da década de 70, fator de união de interesses particulares aos vários grupos de agricultores — pequenos proprietários, posseiros; arrendatários; parceiros; assalariados e comodatários — que, em razão dos efeitos da barragem, convergiam para um ponto comum: a defesa do acesso à terra, da condição de pequeno produtor, de um estilo de vida. Construía-se, assim, uma identidade social e política que, sobrepujando diferenças concretas, respaldava ações coletivas freqüentemente manifestas num confronto direto com o órgão estatal que, ao longo de todos esses anos, se configurou como o grande adversário.

EFEITOS DA LUTA DOS AGRICULTORES SOBRE O PROCESSO DE REASSENTAMENTO

No transcorrer do período que antecede a transferência das famílias para os locais de reassentamento, reiteradas fo-

ram as situações do conflito, como já mencionado em outra passagem do texto. A resistência à forma de intervenção — e não, à obra em si — encontrava expressão em ações diversas, desde os atos públicos de protesto e reivindicação — caminhadas, concentrações, acampamentos, paralisações da obra etc. — às denúncias divulgadas através da imprensa ou de cartas e documentos enviados às autoridades governamentais e às entidades que sempre apoiaram a mobilização dos sindicatos filiados ao Pólo Sindical do Submédio São Francisco.²²

Concretizados os traslados, seguiu-se, todavia, período de relativo refluxo nas manifestações que vinham ocorrendo naquela região. Apesar de o movimento sindical haver conseguido negociar — nas reuniões mensais que então aconteciam, congregando representantes da CHESF e dos sindicatos de trabalhadores rurais, ou mediante atos de pressão, como a paralisação do canteiro de obras da empresa construtora — com a CHESF a introdução de importantes reivindicações dos atingidos, verificava-se, paralelamente, o descompasso entre os acordos firmados e a execução do projeto. Além dos atrasos no cronograma das obras, atribuídos à falta de recursos, cujos efeitos se expandiam sobre toda a população gerando incertezas e inseguranças, proliferavam problemas de toda ordem como: indenizações não pagas; possíveis beneficiários excluídos do cadastramento; desmembramento de famílias por morte, separações, casamento dos filhos; recusa de grupos beneficiários da opção de reassentamento oferecida pela empresa, com a exigência de uma solução alternativa, dentre outros.

Com as famílias residindo nas agrovilas construídas no interior dos projetos de irrigação planejados, tais problemas continuam a existir, mas deslocados para uma outra esfera; não mais aquela das grandes lutas coletivas conduzidas pelo Pólo Sindical. De certa forma, ocorre uma dispersão das questões, como consequência, até, da distância entre os projetos e da desarticulação momentânea de alguns sindicatos em razão das mudanças. A perda de associados, de sede, da base espacial de atuação constituem-se em dificuldades enfrentadas por esses órgãos, naquela ocasião.

Passado, no entanto, o impacto inicial do remanejamento, as entidades sindicais retomam o trabalho de mobilização dos reassentados, recompondo, assim, sua importância enquanto canal de representação de interesses. Em cada agrovila, em geral, elegueu-se um representante, freqüentemente

ligado à militância sindical, encarregado das mobilizações e da difusão de informações.

Renovado, por um tipo de atuação distinto do anteriormente adotado, visto que questões de outra ordem passam a interferir no cotidiano das famílias reassentadas, os sindicatos defrontam-se contudo com o marasmo que decorre da falta de respostas concretas às suas reivindicações. Os trabalhos de engenharia previstos para os projetos encontram-se praticamente parados desde a conclusão dos deslocamentos das famílias, no primeiro trimestre de 1988.

Tal situação tem contribuído para acirrar o clima de tensão social nesses locais, alimentado pela insatisfação diante dos pleitos não atendidos, e, sobretudo, em face do descumprimento do cronograma estabelecido para o funcionamento dos sistemas de irrigação. Nucleados em torno da reivindicação básica por lote + água + trabalho, os reassentados vêm demonstrando sua disposição para lutar contra o atraso verificado nas ações acordadas. Fala-se em atos de violência como forma de pressionar: "se a CHESF nos abandonar, nós vamos fazer guerra".

Questiona-se, como resultado de todos esses fatores, o verdadeiro significado da negociação entre o Pólo Sindical e a CHESF. Se por um lado, permitiu a relativa ampliação de benefícios previstos no plano de reassentamento original — inclusão de novos beneficiários, alteração no tamanho da casa, etc. —, mostrou-se, contraditoriamente, ineficaz, em muitas ocasiões. Por razões quase sempre atribuídas pela empresa à carência de recursos financeiros para a obra, várias decisões tomadas em reuniões de negociação deixaram de ser implementadas ou o foram em desrespeito aos calendários estabelecidos conjuntamente.

Tais acontecimentos, certamente, repercutem negativamente sobre a população que não aceita com naturalidade o descumprimento de acordos firmados, em torno de problemas resultantes de causas exógenas, alheias às comunidades locais. Em conseqüência, consolida-se, entre os atingidos, a idéia de que as reuniões de negociação funcionaram, sobretudo, como espaço privilegiado para a troca de informações e que as reivindicações dos agricultores são atendidas, em sua grande maioria, não como resultado dos acordos, mas quando se constituem em objeto de pressões efetivas, através de ações como as paralisações da obra, os atos públicos, os manifestos, o aprisionamento de técnicos da CHESF, dentre outras.

Persistem, ainda hoje, as críticas à morosidade dos trabalhos programados e ao atendimento ainda insatisfatório dos serviços instalados nos projetos: educação, saúde, transporte, fornecimento de água e de luz. Há reclamações quanto à atuação da CHESF, vista, normalmente, como a grande responsável pelas dificuldades surgidas. Tal fato é reforçado pela indefinição quanto aos papéis desempenhados pelos vários órgãos que atuam na área. Os reassentados, em geral, desconhecem as funções e o tipo de trabalho a ser desenvolvido, por exemplo, pela CODEVASF, órgão encarregado da administração dos projetos durante os 5 anos subsequentes à sua implementação. Os Governos Estaduais, por sua vez, raramente são citados como co-responsáveis pelo empreendimento, especialmente nos assuntos relativos à área de educação e saúde.

As queixas com relação à CHESF muitas vezes estão fundamentadas na realidade e decorrem de situações, cuja solução, de fato, depende daquele órgão. Algumas vezes, no entanto, manifesta-se a postura subordinada dos que se acostumaram às práticas paternalistas, presentes em inúmeras relações de trabalho preexistentes na área, eventualmente reforçadas pela própria CHESF como forma de agilizar a desocupação da área que seria inundada.

Dados recentes atestam que as famílias rurais reassentadas continuam na expectativa de dias melhores, aguardando a instalação dos sistemas de irrigação, que, segundo previsões da CHESF, deveriam entrar em funcionamento no segundo semestre de 1990.

A ociosidade constitui-se, ainda, no problema maior a afligir aquela população, o que é agravado pela constatação de perdas materiais (prejuízos com o criatório, utilização do dinheiro recebido como indenização para despesas com alimentação, etc.) em consequência do remanejamento, e pela queda no poder aquisitivo em virtude do aumento dos preços e do baixo valor da verba de manutenção, paga pela CHESF, que correspondia, à época da coleta dos dados, a 2,5 salários mínimos de referência, por família.²³ Além disso, as alternativas de trabalho fora dos projetos são reduzidas, consequência provável da inundação das terras férteis onde se concentrava a produção agrícola dos municípios atingidos pela barragem.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Os efeitos sociais da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica mostram-se realmente grandiosos, quando abordados sob a perspectiva da compulsoriedade das mudanças ocorridas naquela área. De início, a revivescência de práticas já experimentadas pelo setor elétrico em outras localidades revelava a face autoritária daquela intervenção. A necessidade de gerar energia colocava-se, então, como meta determinante, a justificar a urgência na execução das obras projetadas, maculadas, no entanto, pelo desrespeito e, eventualmente, violência contra as populações moradoras do perímetro de inundação. De fato, a barragem começa a ser erguida, em meados da década de 70, sem que houvesse sido definida uma política de atendimento às famílias desalojadas em razão do empreendimento.

Posteriormente, contudo, uma nova conjuntura, em que o jogo de forças sociais e políticas redesenhavam o campo das relações Estado-Sociedade, contribui para a introdução de modificações significativas no projeto Itaparica. Tais mudanças resultam, portanto, em reordenamentos institucionais, como fruto de novas alianças políticas que fecham o ciclo dos governos militares, ao que se soma um inusitado poder de mobilização manifesto pelo campesinato local.

Os fatos observados naquelas faixas de terra banhadas pelo rio São Francisco descortinam não apenas a complexa trama das relações sociais — falsamente uniformizadas nos estudos que atestavam a viabilidade econômica da represa —, mas também a pluralidade de fatores que levaram amplos segmentos dos atingidos a direcionarem sua luta para a defesa do reassentamento. O movimento sindical de trabalhadores rurais, representante dos pequenos produtores agrícolas da área, concentra, justamente, suas ações na busca de soluções para o problema do remanejamento de cerca de sete mil famílias.

Vê-se, assim, que, mesmo sendo consideradas as inúmeras e imponentes dificuldades ocasionadas pelo Projeto Itaparica, deve-se evitar incorrer em análises simplistas, sob a ótica exclusiva da "catástrofe". Mais produtivo seria tentar resgatar criticamente aquela experiência visando melhor apreender a dinâmica dos confrontos e das negociações acontecidas entre a população e o órgão responsável pela edificação da hidrelétrica. Itaparica certamente serve de exemplo tanto para o poder público, enquanto **locus** de execução de uma nova política de atendimento aos atingidos por barragens, co-

mo para as populações, a partir da experiência de organização e de mobilização dirigida à busca de soluções satisfatórias para o remanejamento das famílias.



NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. SIGAUD, Lygia. A política "social" do setor elétrico. **Sociedade e Estado**. Brasília, IV (1) : 55-71, jan./jun., 1989. p. 57.
2. SIGAUD, Lygia. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ, 1986.
3. JORGENSEN, Joseph G. Social impact assessments and energy developments. **Policy Studies Review**, v. 1, 1981.
4. THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. v. 2. São Paulo: Paz e Terra, 1987, p. 16.
5. CHESF. **Reservatório de Itaparica; plano de desocupação**. Recife, 1985 (Repro).
6. ARAÚJO, Maria Lia Corrêa de. **Na margem do lago; um estudo sobre o sindicalismo rural**. Recife: Editora Massangana, 1990.
7. CARVALHO, Inaiá & LANIADO, Ruth Nadia. Transição democrática, políticas públicas e movimentos sociais. IN: MOURA, Alexandrina Sobreira de. (org.) **O Estado e as políticas públicas na transição democrática**. São Paulo: Vértice/Fundação Joaquim Nabuco, 1989. p. 103 e 133.
8. Cf. **Relatório Anual das Atividades Desenvolvidas pelo Pólo Sindical do Submédio São Francisco durante o ano de 1987**. Petrolândia, Pólo Sindical, 30 de Dez./1987 (Repro).
9. SIGAUD, Lygia. (1989), op. cit., p. 56.

10. *Ibidem*, p. 57-60.
11. Observações sobre o assunto encontram-se no documento produzido pelo Centro de Estudos e Projetos em Políticas Governamentais/FUNDAP. **Interferência das usinas hidrelétricas: remanejamento de grupos populacionais e alterações em seus quadros de vida físico-sociais. Relatório Final**, v. 1. São Paulo: FUNDAP, 1988 (Repro). p. 17-21. No texto, comenta-se a dificuldade de caracterizar com precisão os contingentes populacionais, alertando-se, também, para a necessidade de estudos sobre o crescimento da população atingida, no decorrer do processo de implantação da obra.
12. CHESF, op. cit., *passim*.
13. CHESF/FUNDAJ. **Avaliação do reassentamento da população rural de Itaparica**. Recife: FUNDAJ, 1988. (Relatório da 1.ª a 3.ª etapas, repro).
14. *Ibidem*, p. 216.
15. *Ibidem*, p. 217.
16. MELO, Mário Lacerda de (coord). **As áreas de exceção dos sertões de Pernambuco**. Recife: SUDENE, 1985 (documento preliminar para discussão, mimeo).
17. Ilustrativos sobre o assunto são documentos divulgados pelo Movimento Sindical, nos quais ganha corpo uma crítica contundente à administração — em sentido lato — do projeto Itaparica. Ver, por exemplo: **Pólo Sindical do Submédio São Francisco. Plano de reassentamento para as famílias atingidas pela construção da barragem de Itaparica reivindicado pelo movimento dos trabalhadores rurais**, 1981; **Documento de denúncia das manobras da Chesf**, 1983; **Diretrizes básicas para o reassentamento dos trabalhadores rurais atingidos pela barragem de Itaparica — Pernambuco/Bahia**, 1984; **Denúncia de Itaparica**, 1985; **Manifesto da 7.ª Concentração dos trabalhadores do Pólo Sindical do Submédio São Francisco e dos atingidos pela barragem de Itaparica**, 1985; **Relatório anual de atividades desenvolvidas pelo Pólo Sindical do Submédio**

São Francisco, 1987 a 1989. A relação, obviamente, não é exaustiva e a ela poder-se-iam agregar outras fontes de informações importantes, como, por exemplo, os relatórios dos Encontros regionais e nacionais de barragens e aqueles referentes aos Encontros do Vale do São Francisco.

18. SIGAUD, Lygia (1986), op. cit., Ver, também, SCHERER-WARREN, Ilse & REIS, Maria José. **As barragens do rio Uruguai: dinâmica de um movimento social.** Trabalho apresentado no Encontro Anual da ANPOCS, em Águas de São Pedro/SP, out./1985 (repro).
19. CHESF/HIDROSERVICE. **Estudo para o reassentamento da população atingida pelo reservatório de Itaparica. Estudos sócio-econômicos e de infra-estrutura.** São Paulo, 1978 (repro).
20. SIGAUD, op. cit., p. 24.
21. ARAÚJO, Maria Lia C. de. op. cit., p. 31-47.
22. Ibidem.
23. Fundamentada na **Medida Provisória n.º 75**, de 1.8.1989, a CHESF altera o sistema de pagamento da verba de manutenção temporária, a "bolsa" como denominam os reassentados, que passa a ser calculada com base no valor da BTN. Decidiu-se, assim, que a "bolsa", a partir de agosto de 1989, seria equivalente ao valor de 100 BTNs (NCz\$ 208,00), quantia considerada insuficiente pelos reassentados que iniciaram, então, processo de mobilização contra a medida.

